

Brasília-DF, 19 de novembro de 2025



O **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra** é um feriado nacional celebrado em **20 de novembro** e foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares. A data da morte de Zumbi dos Palmares, descoberta por historiadores no início da década de 1970, motivou membros do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, em um congresso realizado em São Paulo, no ano de 1978, a elegerem a figura de Zumbi como um símbolo da luta e resistência dos negros escravizados no Brasil, bem como da luta por direitos que os afro-brasileiros reivindicam. Com isso, o 20 de novembro tornou-se a data para celebrar e relembrar a luta dos negros contra a opressão no Brasil.

Alguns indicativos podem nos ajudar a entender o problema do racismo no Brasil, já que inúmeras pesquisas a respeito disso têm sido realizadas nos últimos anos. Em um levantamento realizado após as eleições de 2018, somente 4% dos políticos eleitos para o Legislativo se autodeclararam negros. A pesquisa indicou que, entre deputados distritais, estaduais, federais e senadores, somente 65 dos 1626 eleitos declaravam-se negros. Esse número aumentou significativamente para a eleição de 2022, quando 517 parlamentares eleitos se declararam negros, representando 32,3% dos parlamentares eleitos. Isso,

no entanto, trouxe outros problemas, uma vez que, usando o método de heteroidentificação racial, somente 263 deles são, de fato, considerados negros, fazendo um total de 16,4%. Ou seja, houve um aumento na autoidentificação, mas muitas vezes ela é fraudada por candidatos brancos que alegam ser negros que querem ter acesso a verbas maiores para suas candidaturas com base em critérios de inclusão.

Fonte: Brasil Escola

CNTI participa de manifestação contra a Reforma Administrativa em Pernambuco



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) marcou presença na mobilização realizada nesta terça-feira (18) em frente à Assembleia Legislativa de Pernambuco, no Recife, em **protesto contra a Reforma Administrativa**. Representando a entidade, o secretário regional da CNTI no Nordeste, **Israel Torres**, esteve no ato ao lado de trabalhadores, lideranças sindicais e movimentos sociais.

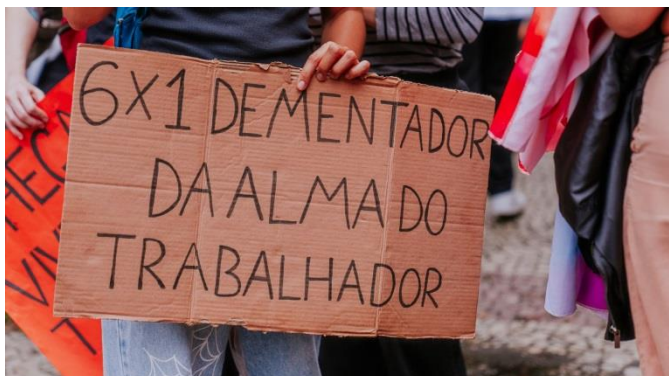
A manifestação reuniu diversas categorias que alertam para os riscos da proposta, considerada prejudicial ao serviço público e aos direitos dos servidores. Durante o protesto, Israel Torres destacou a importância da unidade do movimento sindical na defesa do funcionalismo e na luta por um Estado que garanta serviços públicos de qualidade à população.



Brasília-DF, 19 de novembro de 2025

Melhorar os salários e reduzir a jornada de trabalho, por Nivaldo Santana

Propostas do plebiscito popular avançam no Congresso ao combinar isenção do IR, redução da jornada e defesa histórica do sindicalismo para ampliar renda, emprego e direitos.



Em tempo de arrocho salarial, aumento da jornada e precarização do trabalho, as bandeiras do recém-encerrado plebiscito popular, para além da grande atualidade, pode assegurar uma vitória que, em certa medida, supera as melhores expectativas.

Em primeiro lugar, já foi aprovada no Congresso a proposta de isenção do pagamento do imposto de renda pessoa física para quem ganha até cinco mil reais e redução da alíquota para rendimentos até R\$ 7.350, beneficiando 65% dos declarantes.

A outra proposta do plebiscito, ainda em discussão no Congresso, prevê o fim da escala 6x1, com redução da jornada de trabalho sem redução do salário. Essas duas propostas também fazem parte da agenda do Fórum das Centrais Sindicais.

Essas demandas que unificaram um amplo leque de organizações e movimentos procuram enfrentar um dos mais graves problemas do Brasil que é a desigualdade social, ampliada com a política de redução do custo da força de trabalho.

Segundo o IBGE, a média geral do desemprego no Brasil no terceiro trimestre deste ano foi de 5,6%, o menor desde o início da série histórica de 2012. Mas o outro lado da moeda é que o rendimento médio real do trabalho ficou em apenas R\$ 3.507.

Resumo da ópera: o desemprego é baixo, mas os salários também. Por isso as mudanças progressivas na tabela do imposto de renda e a redução da jornada contribuem para aumentar o poder aquisitivo e ampliar a oferta de empregos.

Pode-se afirmar, a título de comparação, que as

mudanças aprovadas na tabela do imposto de renda equivalem a alguma coisa próxima de um 14º salário. Com mais dinheiro no bolso, o trabalhador consome mais e ajuda no crescimento da economia.

Já com a redução da jornada de trabalho, uma bandeira histórica do sindicalismo para que o aumento da produtividade não seja capturado apenas pelo lucro empresarial, há um ganho de tempo importante para os trabalhadores e a abertura de novas vagas.

Assim, o plebiscito popular foi uma grande vitória dos trabalhadores, reafirmando que a mobilização popular com bandeiras justas é o caminho necessário na luta pelo desenvolvimento com valorização do trabalho e progresso social.

Fonte: Portal Vermelho

Projeto torna obrigatória avaliação de saúde mental no trabalho

Proposta prevê diagnóstico precoce de transtornos ligados ao ambiente laboral para reduzir afastamentos.



O projeto determina que as avaliações sejam conduzidas pelo médico do trabalho. Freepik

O deputado Marcos Tavares (PDT-RJ) apresentou o projeto de lei 5.799/2025, que estabelece a obrigatoriedade de avaliação da saúde mental nos exames médicos periódicos e demissionais. O intuito é permitir a detecção precoce de transtornos mentais relacionados ao trabalho e reduzir o número de afastamentos.

A proposta tem como objetivo principal instituir a avaliação compulsória para prevenção de transtornos mentais e comportamentais no ambiente de trabalho e fortalecer as políticas de saúde laboral no Brasil.

De acordo com dados oficiais do Ministério da Previdência Social (Boletim Estatístico de Benefícios, 2024), foram concedidos 472.328 afastamentos pelo INSS em razão de transtornos mentais e comportamentais, representando um aumento de

Brasília-DF, 19 de novembro de 2025

68% em relação a 2023, quando foram registrados 283.471 casos. As principais causas de afastamento em 2024 foram:

- Transtornos de ansiedade: 141.414 casos;
- Episódios depressivos: 113.604 casos;
- Transtorno depressivo recorrente: 52.627 casos;
- Transtorno afetivo bipolar: 51.314 casos.

"Esses dados evidenciam uma crise silenciosa de saúde mental no trabalho, que impacta diretamente a produtividade, a arrecadação previdenciária e a sustentabilidade das empresas públicas e privadas", afirmou Tavares na justificativa da proposta.

O projeto determina que as avaliações sejam conduzidas pelo médico do trabalho, que deve contar com o apoio de um psicólogo ou profissional de saúde mental devidamente registrado no conselho de classe. O resultado dessa avaliação deverá integrar o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) do trabalhador.

[Confira a íntegra da proposta.](#)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Economia brasileira cresce 0,1% no terceiro trimestre, estima FGV

Em 12 meses, avanço é de 2,5%, aponta Monitor do PIB



© Marcello Casal Jr / Agência Brasil

A economia brasileira cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2025 em comparação com o segundo trimestre e acumula avanço de 2,5% no período de 12 meses. Especificamente na passagem de agosto para setembro, o comportamento foi estável, ou seja, variação nula.

Os dados fazem parte do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), divulgado nesta terça-feira (18).

A pesquisa faz estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

A informação entre trimestres e meses seguidos é

dessazonalizada, isto é, foram excluídas variações sazonais, de forma que seja possível comparar períodos diferentes.

Em termos monetários, a FGV estima o PIB brasileiro no acumulado até o terceiro trimestre em R\$ 9,370 trilhões.

Fonte: Agência Brasil

Senador Paim critica ações de planos de saúde e cobra maior fiscalização



Carlos Moura/Agência Senado

Em pronunciamento na segunda-feira (17), o senador Paulo Paim (PT-RS) criticou as ações abusivas de planos de saúde contra consumidores. Segundo Paim, o expressivo número de reclamações registradas revela o descaso das empresas, principalmente com grupos mais sensíveis, como idosos e pessoas em tratamentos de câncer.

O senador questionou a fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável por regular a atuação de operadoras de planos de saúde, sobre os reajustes automáticos praticados pelas empresas.

— A população denuncia aumentos que ultrapassam 20%, especialmente nos planos coletivos. Com uma inflação que não chega a 5%, eles cobram mais de 20%. O resultado é óbvio: milhares de famílias simplesmente não conseguem mais pagar o plano e são obrigadas a abandonar os tratamentos. Colocar em risco a saúde ou reduzir gastos essenciais em alimentação e educação? Têm que optar. Pergunto: onde está a fiscalização da ANS, responsável por proteger a população contra esses abusos?

Paim também abordou a discussão do tema no Supremo Tribunal Federal (STF), onde neste mês ocorreu a votação sobre a constitucionalidade da prática de reajuste automático dos planos de pessoas idosas.

— Felizmente, uma notícia boa: a maioria dos

Brasília-DF, 19 de novembro de 2025

ministros do Supremo já votou contra esse reajuste automático — um desrespeito ao Estatuto do Idoso —, por idade, para beneficiários com 60 anos ou mais, mesmo em contratos antigos — comemorou.

Fonte: Agência Senado

Boletim destaca boas práticas que promovem cláusulas voltadas às responsabilidades familiares

Publicação reúne exemplos de acordos que ampliam garantias para trabalhadores que conciliam emprego e cuidado com filhos, idosos e pessoas com deficiência



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulga nesta segunda-feira, 17 de novembro, o Boletim nº 16 da série Boas Práticas em Negociações Coletivas, com foco em

cláusulas que reconhecem e protegem as responsabilidades familiares dos trabalhadores. A publicação apresenta 20 exemplos de boas práticas registradas no Sistema Mediador do MTE em diversas regiões do país durante o ano de 2023.

A conciliação entre trabalho, vida pessoal e cuidados familiares é um dos grandes desafios enfrentados por trabalhadores que são mães, pais ou responsáveis por crianças, idosos ou dependentes com deficiência. As negociações coletivas têm desempenhado papel fundamental ao incorporar cláusulas que promovem o bem-estar, a saúde mental e melhores condições de equilíbrio entre as demandas profissionais e familiares.

Para a coordenadora-geral de Relações do Trabalho, Rafaela Rodrigues, o tema tem ganhado centralidade nas mesas de negociação. “As responsabilidades familiares deixaram de ser um assunto privado para se tornarem parte essencial das discussões sobre condições de trabalho. Quando sindicatos e empregadores pactuam cláusulas que garantem tempo, apoio e recursos para o cuidado, eles contribuem diretamente para ambientes laborais mais humanos e produtivos. Esses exemplos mostram que a negociação coletiva é uma ferramenta poderosa para adaptar o trabalho às necessidades reais das famílias brasileiras.”, explica Rafaela.

O boletim evidencia que, enquanto o artigo 473 da CLT assegura apenas um dia por ano para acompanhar filhos de até seis anos ao médico, as cláusulas pactuadas em 2023 avançam significativamente nesse tema. Entre as garantias registradas estão:

- Mais dias abonados para acompanhamento de consultas médicas;
- Aumento do limite de idade para dependentes que podem ser acompanhados;
- Inclusão de pais idosos no direito ao abono de faltas para consultas;
- Licença-paternidade ampliada, acima do mínimo previsto em lei;
- Auxílio para mensalidades e material escolar;
- Auxílio específico para trabalhadores com filhos com deficiência, entre outros benefícios.

Essas medidas reforçam o papel estratégico do diálogo social na construção de ambientes laborais mais inclusivos, humanos e compatíveis com as transformações demográficas e sociais do país. Ao reconhecer as múltiplas demandas familiares dos trabalhadores, as negociações coletivas contribuem para reduzir desigualdades, melhorar a qualidade de vida e fortalecer a proteção social no mundo do trabalho.

Confira aqui o boletim <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/boletim-boas-praticas/pdf/boletim-boas-praticas-dieese-16-responsabilidades-familiares.pdf/>

Fonte: MTE

 **Convite**
As táticas de negociação para ACTs/CCTs:

 **19 de novembro 2025**

 **Secretaria Regional Nordeste**
Rua do Riachuelo, 105 Edifício Círculo Católico, sala 501/507 Recife - Boa Vista

 **08h**

 **Palestrante**

Eduardo Anunciato
Secretário de Educação

Para mais informações:
(81) 98298-5179 - Secretário regional
ISRAEL FERREIRA DE TORRES
(11) 3346-2795 - DANIELE

 **CNTI**

www.cnti.org.br 